

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Cohab Minas)

1/3

CNPJ 17.161.837/0001-15
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab Minas), por intermédio de seu Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de sua Diretoria Executiva, tem a satisfação de apresentar aos Srs. Acionistas as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício encerrado em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as disposições legais e estatutárias. A Cohab Minas tem como objetivo principal, viabilizar o acesso a unidades habitacionais de interesse social para a população com renda mensal de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos, por meio da captação e gestão de recursos financeiros diretamente ou em parceria com outros agentes financeiros, bem como da parceria com Prefeituras municipais e concessionários de serviços públicos, planejando e executando programas de habitação de interesse social. **1 - Programas Habitacionais:** **1) Unidades Entregues - Programa Lares Habitação Popular - PLHP/MCMV:** A Cohab Minas com gestora e agente financeiro do Fundo Estadual de Habitação (FEH), procura oportunidades de captação de recursos para habitações de interesse social junto a instituições oficiais do Governo Federal e contrapartida do Governo Estadual, por meio do FEH. Pelo Programa Lares Habitação Popular (PLHP), com recursos do FEH e do OGU (Orçamento Geral da União), foram entregues 206 unidades habitacionais em 6 municípios, cuja construção foi concluída em exercícios anteriores. **2) Nível de Satisfação dos Beneficiários:** Para atender as diretrizes do processo de monitoramento e avaliação do projeto de construção de habitação de interesse social, contido no planejamento do Estado, a Cohab Minas, implementou em 2012, o indicador de avaliação do nível de satisfação dos beneficiários do programa PLHP/MCMV, com as unidades entregues. Para isso, foi desenvolvida metodologia e aplicada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários das casas entregues pelo Programa. O objetivo é obter o retorno do contentamento ou das queixas dos mutuários com relação às moradias entregues. A pesquisa leva em conta itens como localização do conjunto, tamanho do lote, qualidade da construção e valor da prestação. Em 2017, a média de satisfação dos entrevistados atingiu o patamar de 89,37%, considerado bom em relação à meta pretendida de 95,00%. **3) Programa Minha Casa Minha Vida - Recursos do FGTS:** Considerando a falta de um programa para viabilizar a produção de unidades habitacionais na esfera Federal e falta de recursos do Fundo Estadual de Habitação para atuação das Cohab's diretamente como agente financeiro, a Cohab Minas em 2017 concentrou seus esforços na obtenção de recursos do FGTS, programa Minha Casa Minha Vida, atuando como agente promotor. O público alvo é, prioritariamente, de renda familiar de até R\$ 2.600,00. O agente financeiro é a Caixa Econômica Federal, e cabe à Cohab Minas a atribuição de visitador e aprovar as áreas, além de levantar a demanda, elaborar os projetos, licitar, contratar e acompanhar as obras, iniciar a comercialização e entregar as unidades aos mutuários. As receitas da Companhia são constituídas de 4% sobre o valor dos financiamentos concedidos, 2% para a legalização do empreendimento e até 1,5% sobre o valor das edificações para projetos. Em 2017 tivemos 225 protocolos de intenção assinados com as Prefeituras Municipais, 316 terrenos visitados, 106 terrenos aprovados, 189 terrenos pré-aprovados e 21 terrenos reprovados. Foram concluídos além dos 37 projetos com 2.072 unidades habitacionais de 2016, mais 34 projetos com 1.920 unidades habitacionais e estão pré-aprovados pela Caixa Econômica Federal, 24 projetos com 1.907 unidades habitacionais em 23 municípios mineiros, com investimento do FGTS de R\$ 182 milhões; estão em estudo, 53 projetos em 36 municípios, correspondentes a 2.956 unidades habitacionais, com investimento aproximado de R\$282 milhões. Além dos projetos acima, estão em estudo 6 projetos, correspondentes a 2.332 unidades habitacionais em terrenos de propriedade da Cohab Minas, cujos valores correspondentes serão liberados para a Companhia, quando da assinatura dos contratos de financiamento com os mutuários nos municípios de Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Lavras, Nova Lima (licitação em andamento), Santa Luzia (licitação já realizada) e Uberaba. Além dos valores relativos ao terreno, a Cohab Minas terá receitas pela atuação como agente Promotor nos empreendimentos localizados nos municípios de Divinópolis e Uberaba. Está prevista a receita de venda de terrenos em Santa Luzia e Passos, no montante de R\$14,22 milhões a partir de setembro/18 e início da obra de Piumhi em maio/18; **4) Outros Imóveis para Fins Habitacionais:** Está em fase de regularização de um patrimônio da Cohab o terreno denominado Fazenda Boa Esperança, no município de Santa Luzia, que também será destinado para fins habitacionais. **5) Implantação de Programa de Eficiência Energética:** A Cohab Minas mantém convênio com a CEMIG/ANEEL para implantação de sistema de aquecimento solar de água para habitações de interesse social. O sistema reduz o consumo de energia elétrica em até 50%. Em 2017 foram instalados 4.364 equipamentos dos 8.400 previstos no contrato assinado com a CEMIG em 2016 no Programa Energia Cidadã. Tal contrato prevê a instalação desses equipamentos em unidades habitacionais produzidas pela Cohab Minas nos anos de 2017 e 2018. **6) Instalação de Módulos Sanitários Residenciais:** Este projeto faz parte de Convênio celebrado, em 29/01/2014, entre a Minas Gerais Participações S/A - MGI e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab Minas, com a intervenção do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional - SECIR, tendo como objetivo viabilizar recursos para a implantação de programas de melhorias, na área de saneamento básico, em municípios carentes do Estado. Pelo convênio foi contratada a construção de 5.939

módulos sanitários residenciais em 99 municípios selecionados. Desse total, foram construídos em 2017, um total de 410 módulos sanitários. **II - Outras Realizações:** **1) Trabalho Social:** Desde 2012 a equipe social da Cohab Minas supervisiona a execução do Trabalho Social em 185 municípios mineiros que receberam subsídio para construção de moradias pelo FEH/PLHP/MCMV2. Em 2017, permaneceram em acompanhamento 5 municípios abrangendo um total de 191 famílias. Em 2016 foi implantado Estudo de Viabilidade Social para novos empreendimentos, trata-se de um documento que tem como objetivo promover uma análise que relaciona a demanda apresentada pelos municípios, a partir da realização da pesquisa de demanda habitacional, o déficit habitacional e a renda per capita apurada pela Fundação João Pinheiro. Esse estudo, preliminar, antecede a implantação de um empreendimento e visa identificar possíveis riscos à sua implantação, subsidiando a tomada de decisão da diretoria da Companhia. Em 2017 foram feitas análises de viabilidade social em 198 municípios do Estado de Minas Gerais. Ainda em 2017 foi realizado o treinamento e concluído o cadastro de interessados para aquisição de moradias em 7 municípios do Estado de Minas Gerais. **2) Regularização Fundiária:** A regularização é considerada concluída quando cumprida as três principais fases do processo: registro do loteamento, doação dos lotes e averbação da construção. Em 2017 foram regularizados 04 (quatro) conjuntos habitacionais, nos municípios de Santa Luzia, Veríssimo e Virgem da Lapa, totalizando 111 (cento e onze) unidades do Programa Minha Casa Minha Vida II - PMCMV II e Mutirão. Estão em fase de regularização 12 empreendimentos composto de 548 unidades dos Programas Minha Casa Minha Vida I e II, Programa Lares Habitação Popular - PLHP e Mutirão, nos municípios de Alterosa, Bocuvinha, Guarda Mor, Nova Era, Olímpio Noronha, Piumhi, São José do Jacuri, Senhora de Oliveira, Santa Luzia e Belo Horizonte. Em novembro de 2017 a Companhia realizou um seminário nacional sobre a nova legislação federal que trata da regularização fundiária urbana e rural. O evento reuniu na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte, mais de 200 prefeitos, órgãos do Estado e entidades da sociedade civil ligadas ao tema e teve como objetivo esclarecer as atribuições da Lei nº 13.465/2017, sancionada em 11 de julho/2017. Tal ação contribuiu para estreitar o relacionamento com as prefeituras participantes bem como esclarecer dúvidas concernentes. **3) Regularização da Ocupação do Glória:** A Cohab Minas assumiu em 2017 o processo de regularização fundiária do terreno onde está instalado o Bairro Elisson Prieto, popularmente conhecido como "Ocupação do Glória", às margens da BR-050, em Uberlândia. O terreno, originalmente pertencente à União, seria destinado a um novo campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Entretanto, em 2012, a área foi ocupada por uma população de baixa renda e hoje apresenta cerca de 18.000 moradores e aproximadamente 2.500 famílias. Atualmente, verifica-se uma ocupação informal consolidada com famílias em situação de vulnerabilidade de toda ordem, pois a área não dispõe de infraestrutura urbana essencial (pavimentação, sistema de drenagem, rede de abastecimento de água, rede de coleta de esgoto, rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública), não possui equipamentos e serviços públicos (escola/creche, unidade de saúde, posto policial, transporte, limpeza urbana e coleta de lixo, etc). Diante dessa realidade, o Estado de Minas Gerais, através da COHAB-MINAS, com o objetivo de intermediar a resolução dos problemas existentes na área firmou em 14/12/2017, o Termo de Compromisso (TC), com o objetivo de se executar a Regularização Fundiária do núcleo urbano informal consolidado na área do triângulo do Glória, em Uberlândia, MG, com previsão de conclusão dos trabalhos em 5 (cinco) anos, a partir da data de celebração. **4) Subsídio Temporário:** Em 26/07/2017, Cohab Minas e Prefeitura Municipal de Contagem firmaram um convênio com o objetivo de oportunizar temporariamente acesso a moradia digna às 432 famílias das ocupações William Rosa e Marião, que se encontravam em situação habitacional de vulnerabilidade temporária ou de emergência. Além da situação de vulnerabilidade, tais famílias ocupavam as áreas objeto das ações de Reintegração de Posse nº 0714789-29.2013.8.1.3.0079 de autoria do Ceasa Minas e nº 5002038-24.2017.8.1.13.0079 de autoria do Município de Contagem. Desta forma, foi realizado um Termo de Acordo Extrajudicial assinado pelo Estado de Minas Gerais, Cohab Minas, Município de Contagem e os representantes das ocupações que objetivou a desocupação voluntária e pacífica do terreno. Além disso, o termo definiu ações de amparo às famílias que não contam com outra moradia, de forma que foi concedido até dez/2018, benefício financeiro mensal não reembolsável a estas famílias. A participação financeira é dividida de forma igualitária pelo Fundo Estadual de Habitação - FEH e a Prefeitura de Contagem, sendo a Cohab Minas, na qualidade de gestor do FEH, o agente executor do processo de concessão do benefício. **5) Programa Cohab Mais Perto - Prefeito Amigo:** Criado em março de 2017, o Programa "Cohab Mais Perto - Prefeito Amigo" tem como objetivo levar um melhor atendimento aos seus mutuários por meio de parcerias com as prefeituras municipais. Esse programa, permanente de parceria, favorece o acompanhamento das situações de inadimplência, regularização fundiária, emissão de escrituras e outros temas de interesse do mutuário e da companhia, oferecendo informações e capacitando técnicos municipais para receber, tratar e encaminhar demandas dos mutuários e dos conjuntos habitacionais para a Cohab Minas. Ao assinar o termo de parceria do programa com a companhia, o prefeito recebe o Certificado de

Preféto Amigo da Cohab, que é um reconhecimento à sua contribuição significativa para o desenvolvimento habitacional e social do seu município e região. Desde a criação do programa até o momento, 208 municípios mineiros já aderiram ao Programa. Vale ressaltar que após assinatura do convênio de parceria, uma equipe técnica da Cohab Minas realiza um treinamento, com o servidor público municipal designado pela prefeitura conveniada, para capacitar e fornecer informações sobre as ações que a Companhia desenvolve em auxílio aos mutuários. **6) Administração e Recuperação de Créditos da Carteira Imobiliária:** A Cohab Minas administra a carteira própria de financiamento, composta pelo estoque de contratos financiados com recursos próprios e/ou do FGTS, firmados em período anterior a 2005 e que ainda se encontram em cobrança, além da carteira de Financiamento Habitacional do Fundo Estadual de Habitação - FEH, compreendendo os contratos firmados com os mutuários do Programa Lares Habitação Popular - PLHP, em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e PSH (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social) e com os do Programa Lares Gerais Segurança Pública - PLSP. Para recuperação dos créditos, a Cohab Minas conta com equipe de negociadores, e com um conjunto de Resoluções para negociação dos débitos existentes, e ainda, com campanhas de Recuperação de Créditos que são feitas periodicamente, além da participação efetiva, desde 2012, das Empresas Terceirizadas de cobrança. Através de ações diárias e estratégicas a Cohab Minas vem articulando e coordenando este conjunto de ferramentas de tal forma que, o impacto no futuro seja positivo, o que já vem ocorrendo como pode ser observado no Quadro Demonstrativo abaixo.



A Companhia conta também, com a atuação dos Escritórios Regionais (ER Governador Valadares, ER Itajubá, ER Uberlândia e ER Montes Claros), que integram esses esforços de cobrança, negociação e atuação nas Campanhas de Recuperação de Créditos em seus respectivos municípios de abrangência. Os atendimentos aos mutuários são realizados, pessoalmente e, também através de diversos canais (Site, telefone, e-mails, "COHAB ATENDE", terceirizada de cobrança, parcerias com a SEPLAG/UAJ's e com os Municípios por meio das Prefeituras/CRAS). No início de 2017 foi criado o "Programa Cohab Mais Perto" que permite levar um melhor atendimento aos mutuários por meio de parcerias com as Prefeituras Municipais. Através deste programa de parceria permanente, a Companhia oferece informações e treinamentos, capacitando técnicos municipais (nomeados pelos Prefeitos) para receber, tratar e encaminhar demandas dos mutuários dos Conjuntos Habitacionais. A partir de Agosto/2017, através de aprovação da Diretoria Executiva e Procuradoria Jurídica da Companhia, foi implementada a parceria com o TJMG o que viabilizou a realização de Mutirão Pré-Processual junto aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC dos municípios do Estado. Este trabalho visa a designação de Audiências Conciliatórias com a presença do judiciário e dos interessados, onde se busca a regularização dos contratos, viabilização da entrega das Escrituras e negociação dos débitos em atraso dos Contratos de Financiamentos. Foram feitos 02 (dois) Mutirões Pré - Processuais no município de Santa Luzia/MG, onde foram trabalhos 960 Contratos dos quais foram efetivados 500 acordos com a arrecadação efetiva (pagamento a vista) no valor de R\$ 269.564,92 e com previsão de recuperação de créditos no valor total de R\$ 2.316.000,00. No período de 01/11/2017 a 28/12/2017 foi implementada a Campanha de recuperação de Créditos com o slogan "Casa, Conquista da Família", direcionada aos Contratos inadimplentes, na qual foram enviadas correspondências com o valor total da dívida para 18.528 mutuários, onde houve a arrecadação efetiva (pagamento a vista) no valor de R\$ 966.365,09, sem considerar os valores negociados para recebimento futuro, via acordo. Analisando o quadro comparativo acima, observamos que houve uma sensível queda na arrecadação de 2017, resultado este devido à difícil situação econômica do país nos últimos anos, fato, este, que reflete diretamente na capacidade econômica do nosso público alvo (mutuário de baixa renda). Verifica-se, também, que no período de 2011 à 2017, a arrecadação se manteve na média, o que demonstra bom desempenho, visto que nos últimos anos não houveram incrementos de novos contratos na carteira, sendo que os existentes vêm sendo finalizados por decorso de prazo. Por fim, vale destacar, além dos dados financeiros, um indicador positivo para averiguar o sucesso destas campanhas, é que estes mutuários tiveram seus créditos restabelecidos após os contatos, retornando ao mercado consumidor. **7) Equilíbrio das Operações Ativas e Passivas:** Está em fase final de liquidação a carteira imobiliária da Cohab Minas com origem nas operações de empréstimo tomado junto ao extinto Banco Nacional da Habitação -

BNH. Para que haja equilíbrio nas operações ativas e passivas da carteira, a companhia renegocia os contratos de empréstimos pela Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 353, dando em garantia da operação, créditos do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, correspondentes aos saldos devedores vencidos dos contratos liquidados. A renegociação consiste em manter em carência os saldos devedores dos contratos de empréstimos até que o processo de novação da dívida do FCVS seja concluído e possa amortizar o saldo devedor destes contratos de empréstimos de forma integral. A dívida dos contratos de empréstimos em dezembro/2017 é de R\$653,81 milhões, composta de saldos devedores de 26 (vinte e seis) contratos na fase de amortização (4,30 milhões), e de 8 (oito) contratos em fase de carência (649,51 milhões) que somados à dívida da contribuição trimestral ao FCVS (36,7 milhões) totalizam R\$690,51 milhões. Os contratos em carência não geram prestação mensal e estão garantidos por créditos de FCVS que, quando novos, serão utilizados para amortizar a dívida integralmente. Ocorreu que, em março/2017 o Conselho Curador do FGTS - CCFGTS editou a Resolução nº 843 onde ficou revogada a Resolução CCFGTS nº 353 e, a partir de dez/2017, não seria possível a concessão de mais prorrogações de carência dos contratos de empréstimos e, por consequência, tornou exigível a dívida a partir de 2018, não obstante a COHAB ter uma carteira de FCVS, no montante de R\$708 milhões já homologados. Considerando os reflexos negativos dessa medida do ponto de vista financeiro, além da possibilidade de ser procedido o arbitrário bloqueio de repasses da União ao Fundo de Participação Estadual-FPE (art. 159, inc. I e II da CR/88) e também de Créditos Tributários (Art. 155 e 157, inc. IV da CR/88) a COHAB requereu pedido de Tutela de Urgência em caráter antecedente, para o fim de determinar a suspensão da exigibilidade da cobrança ou execução do débito existente perante a CAIXA/FGTS até o final julgamento deste processo, tendo sido este pedido acatado pela Justiça com a suspensão da cobrança. **8) Outorga de Escrituras:** Por meio da "Outorga de Escrituras" a Cohab Minas assegura ao proprietário a plena posse do imóvel adquirido por meio de financiamento. A escritura definitiva, além de garantir a posse do imóvel, significa exercício de cidadania e de segurança da família do adquirente. No ano de 2017 foram outorgadas 4.290 (quatro mil, duzentas e noventa) escrituras e todas as demandas dos mutuários foram atendidas. **9) Ações da Gerência de Tecnologia e Informação:** Foram desenvolvidos os seguintes sistemas em 2017: 1) controle de solicitações encaminhadas por agentes das prefeituras conveniadas ao Programa COHAB Mais Perto. O sistema possibilita controle automatizado de todos os chamados abertos, tempo de atendimento de acordo com workflow, relatórios e demais ações necessárias para gerenciamento dos atendimentos; 2) cadastro de candidatos a financiamentos habitacionais. O sistema funciona 100% na web e possibilita que usuários devidamente treinados e habilitados possam cadastrar os candidatos do seu município, gerando relatórios e consultas em tempo real, além da ficha cadastral individual; Outras realizações: 3) projeto de infraestrutura de rede de computadores capaz de permitir a conexão com os serviços da rede interna da Companhia, a fim de viabilizar a disponibilidade de todos os sistemas necessários para a realização dos mutirões de pré-processo em ambientes externos ao da Cohab Minas. 4) atualização de plataforma de Software de Gestão ERP, a fim de suportar as novas demandas, além de promover a integração com os demais órgãos, como o Tribunal de Contas do Estado. **10) Resultado do Exercício:** A demonstração do Resultado do Exercício - DRE de 2017 da Companhia apresentou um resultado bruto das atividades operacionais negativo acentuado ainda mais depois de deduzidas as despesas gerais e administrativas. O resultado negativo se deve, principalmente, à queda acentuada das suas receitas em decorrência da falta de investimento em Habitação, que garantia à Cohab Minas, na condição de agente financeiro do FEH, a remuneração de 6% sobre o valor das obras, bem como a não viabilização, neste exercício, dos empreendimentos habitacionais, objeto da parceria junto à CAIXA, com recursos do FGTS, mesmo sendo com baixa remuneração à Companhia. Por outro lado, como compensação, foi viabilizado, junto ao Governo de Minas, a transferência de R\$7,59 milhões, decorrentes da transferência de ativos do patrimônio da Cohab Minas para o FEH, na forma prevista na Lei 19.091 de 30/07/2010, o que compensou em parte a redução das receitas auferidas em 2017, mas não foi suficiente para evitar o resultado do exercício. **III - Mensagem da Administração:** O Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais agradecem o apoio de todos aqueles que contribuíram para a viabilização de seus objetivos de garantir o acesso à moradia. A Companhia intensificou e aprimorou os processos de elaboração de projetos, de acordo com as exigências da CAIXA e com a experiência adquirida pela Cohab Minas ao longo dos anos, acreditamos que em 2018 serão iniciadas a construção de, no mínimo, 1853 unidades, relativos a 18 empreendimentos, fruto desta parceria COHAB/CAIXA, com recursos do FGTS. Outras atividades que merecem destaque foram a entrega de escrituras aos mutuários, que garante a posse do imóvel adquirido por meio de financiamento, e o permanente trabalho da Companhia em viabilizar a regularização fundiária de áreas e ocupações, o que garantirá aos moradores mais dignidade e o direito à propriedade de seus imóveis. Belo Horizonte, 05/04/2018

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31/12/2017 E 2016 - em R\$ (mil)

Ativo	2017	2016	Passivo e Patrimônio Líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10.808	15.207	Indenizações a pagar	24	467
Prestamistas a receber - Contratos ativos	7.891	8.518	Fundação LIBERTAS - Saldamento do plano	484	448
Indenização a receber (sinistros)	12	133	Empréstimos habitacionais	4.086	4.112
Seguro do SHF a receber	218	463	Obrigações com convênios	10.308	13.721
Outros valores realizáveis a curto prazo	871	1.730	Obrigações com terceiros	12.622	9.710
	19.800	26.051	Obrigações tributárias, trabalhistas e encargos	8.800	4.725
Não Circulante			Fornecedores	6.597	1.532
Realizável a longo prazo				42.921	34.715
Prestamistas a receber - Contratos ativos	27.445	30.699	Não Circulante		
Contratos encerrados em fase de depuração para fins de homologação junto à CEF (FCVS), líquido de provisão para perdas	78.809	88.523	Empréstimos habitacionais	29.024	18.946
Terrenos a comercializar	45.352	45.353	FCVS a recolher	36.762	34.080
Bens imóveis a comercializar	5.627	6.347	Provisão sobre IR e CS sobre reavaliação	12.842	12.842
Depósitos judiciais	484	484	Valores a pagar - FEH	61.249	52.655
Imobilizado	83	178	Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e outras	9.827	10.382
Intangível	20	22	Fundação LIBERTAS - Saldamento do plano	1.010	1.466
	157.717	171.406	Pis e Cofins diferidos	4.535	4.535
	157.820	171.606	Outros passivos não circulantes	130	116
				155.379	135.022
Total do Ativo	177.620	197.657	Total do Passivo	198.300	169.737
			Patrimônio Líquido		
			Capital social		
			Capital autorizado	230.000	230.000
			Capital a realizar	(177.847)	(182.962)
			Capital integralizado	52.153	47.038
			Adiantamento para futuro aumento de capital	3.833	5.115
			Ajuste de avaliação patrimonial	15.696	15.696
			Prejuízos acumulados	(92.362)	(39.929)
			Total do Patrimônio Líquido	(20.680)	27.920
			Total do Passivo mais Patrimônio Líquido	177.620	197.657

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 E 2016 em R\$ (mil)

	2017	2016
Receitas das Atividades Operacionais		
Resultado na alienação de imóveis	259	179
Receita de administração do programa do FEH	10.561	10.364
Receita de juros, correção monetárias e outros encargos	2.148	43.166
Receita de multas e encargos moratórios	1.942	-
Receita na gestão do crédito	384	429
Receitas de aplicações financeiras	43	47
Receitas com recuperação de depósitos judiciais	-	454
Outras receitas	924	186
	16.261	54.825
Despesas das Atividades Operacionais		
Despesas de juros e correção monetária	(27.245)	(31.757)
Contribuição para o FCVS	(155)	(293)
Subsídio COHAB	(136)	(165)
Outras despesas	(824)	(789)
	(28.360)	(33.004)
Resultado Bruto das Atividades Operacionais	(12.099)	21.821
Despesas Gerais e Administrativas		
Com pessoal	(27.655)	(25.757)
Remuneração da diretoria e dos conselhos	(1.116)	(1.011)
Serviços de terceiros	(11.560)	(10.752)
Reversão / (Provisão) para contingências	-	-
	(40.331)	(37.520)
Lucro / (Prejuízo) Operacional	(52.430)	(15.699)
Resultado Não Operacional	(4)	76
(Prejuízo) Líquido do Exercício	(52.434)	(15.623)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 E 2016 - em R\$ mil

	2017	2016
Receita		
Receita de administração do programa do FEH	10.561	10.364
Receitas de juros e outros encargos	2.042	42.496
Receitas de correções monetárias	106	670
Receita na gestão de crédito	383	429
Outras receitas	3.126	440
	16.218	54.399
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.597)	(6.759)
Depreciação e Amortização	(7.597)	(6.759)
Valor Adicionado Bruto	8.621	47.640
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	8.521	47.506
Valor Adicionado Recebido em Transfêrencia		
Receitas financeiras	43	47
	43	47
Valor Adicionado Total a Distribuir	8.564	47.553
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal, remuneração da diretoria e dos conselhos	28.771	26.768
Impostos, taxas e contribuições	444	1.004
Remuneração de capitais de terceiros (Juros, correção e alugueis)	31.783	35.404
Remuneração de capitais próprios (Prejuízo do exercício)	(52.434)	(15.623)
	8.564	47.553

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 2016 - em R\$ (mil)

1) Atividades Operacionais	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(52.434)	(15.623)
Despesas (Receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciação e amortização	100	134
Juros, encargos contratos ativos e variações monetárias ativas	(4.090)	(43.877)
Juros, encargos contratos passivos e variações monetárias passivas	27.245	34.533
Ajuste na provisão para contas a receber de mutuários e FCVS	9.714	2.134
Reversão de provisão para contingências	1.038	-
Geração Operacional	34.007	(7.076)
Aumento dos Prestamistas e FCVS a receber (Redução) de Estoques de Terrenos e imóveis a comercializar	(721)	(293)
Aumento de outros valores do ativo circulante	(859)	557
Aumento de outros valores do ativo não circulante (Aumento) Redução fornecedores e obrigações sociais (Provisão)	9.140	861
Aumento (Redução) Correntistas credores	(501)	2.578
Aumento (Red.) Obrig. com FEH e Contingências Cíveis e Trabalhistas	8.039	16.466
Aumento (Redução) de outras contas do passivo curto e longo prazo	(442)	811
	202	25.282
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(18.225)	2.583
2) Atividades de Investimento		
Aquisições de bens do Imobilizado	(97)	(2)
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.833	2.419
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	3.736	2.417
3) Atividades de Financiamento		
Redução dos empréstimos curto e longo prazo	10.052	(4.743)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		